

Contratação pública

Programa do Procedimento

ÍNDICE

Cláusula 1. ^a - Objeto do Procedimento	3
Cláusula 2. ^a – Entidade Adjudicante	3
Cláusula 3. ^a – Órgão competente para a decisão de contratar	3
Cláusula 4. ^a - Concorrentes.....	4
Cláusula 5. ^a – Fundamento da escolha do Procedimento	4
Cláusula 6. ^a – Consulta e fornecimento de peças do Procedimento.....	4
Cláusula 7. ^a – Pedidos de esclarecimentos e listas de erros e omissões.....	4
Cláusula 8. ^a – Preço base	4
Cláusula 9. ^a – Preço anormalmente baixo de uma proposta	5
Cláusula 10. ^a – Proposta e seus elementos	5
Cláusula 11. ^a – Modo de apresentação de propostas	5
Cláusula 12. ^a – Assinatura eletrónica	6
Cláusula 13. ^a – Documentos que constituem a proposta.....	6
Cláusula 14. ^a – Prazo de apresentação das propostas	7
Cláusula 15. ^a – Abertura de Propostas	7
Cláusula 16. ^a – Idioma dos documentos da proposta	7
Cláusula 17. ^a – Prazo da obrigação de manutenção das propostas	8
Cláusula 18. ^a – Não Adjudicação por Lotes	8
Cláusula 19. ^a – Propostas variantes.....	8
Cláusula 20. ^a – Análise de propostas e admissão de concorrentes.....	8
Cláusula 21. ^a – Júri do concurso	9
Cláusula 22. ^a – Esclarecimentos sobre as propostas	9
Cláusula 23. ^a – Critério de adjudicação	10
Cláusula 24. ^a – Critério de desempate.....	10
Cláusula 25. ^a – Negociação	11
Cláusula 26. ^a – Documentos de habilitação	11
Cláusula 27. ^a – Modo de Prestação da Caução.....	13

Contratação pública

Cláusula 28. ^a – Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei nº 89/2017, de 21 de agosto.....	13
Cláusula 29. ^a - Despesas e encargos para a celebração do contrato	14
Cláusula 30. ^a - Legislação aplicável	14

Contratação pública

Cláusula 1.ª - Objeto do Procedimento

1. O presente procedimento tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO PERÍODO DE 24 MESES**, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do caderno de encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, com publicidade no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos do disposto nos artigos 130.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos.
3. A presente aquisição encontra-se classificada no Vocabulário Comum para os Contratos Públicos instituído pelo Regulamento (CE) n.º2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º2151/2003, da Comissão, de 16 de Dezembro de 2003, e pelo Regulamento (CE) n.º213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, n.º L 74, de 15 de Março de 2008, com o código CPV – 79714000-2 Serviços de vigilância.

Cláusula 2.ª – Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é a Câmara Municipal de Beja, NIPC 504 884 620, sita na Praça da República, 7800-427 Beja, com o telefone nº +351 284 311 800, o endereço eletrónico aprovisionamento.concursos@cm-beja.pt, plataforma utilizada pelo Município de Beja: <https://www.acingov.pt/>.

Cláusula 3.ª – Órgão competente para a decisão de contratar

1. O órgão que tomou a decisão de contratar, a Câmara Municipal, através da deliberação tomada na reunião de 11 de junho de 2025, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36º do CCP, conjugado com al. b) do n.º 1 do artigo 18º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de junho., na sua redação atual.
2. O órgão que autorizou os respetivos encargos plurianuais, a Assembleia Municipal, por deliberação de 24 de junho de 2025, nos termos do artigo 22.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de junho e do art.º 36 do Código dos Contratos Públicos.

Contratação pública

Cláusula 4.ª - Concorrentes

Podem apresentar proposta no presente concurso quaisquer pessoas singulares ou coletivas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP, e que cumpram as condições de capacidade técnica definidas no Programa de Concurso e Caderno de Encargos.

Cláusula 5ª – Fundamento da escolha do Procedimento

A escolha do procedimento por concurso público é pelo critério do valor enquadrando-se na alínea a) do n.º1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 6ª – Consulta e fornecimento de peças do Procedimento

As peças do procedimento, serão disponibilizadas gratuitamente na plataforma utilizada pelo Município de Beja, no endereço eletrónico: <https://www.acingov.pt/>, a partir da data da publicação do anúncio até ao termo do prazo para apresentação das propostas, nos termos do n.º 1, artigo 133.º do CCP.

Cláusula 7.ª – Pedidos de esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do procedimento.
2. Os concorrentes podem apresentar pedidos de esclarecimentos, exclusivamente através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>, até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

Cláusula 8ª – Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é 1.350.000,00€ (um milhão, trezentos e cinquenta mil euros), acrescido de iva à taxa em vigor.

Contratação pública

Cláusula 9ª – Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Não são definidos critérios em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo, nos termos do disposto no artigo 71º, nº 1 do CCP.
2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

Cláusula 10.ª – Proposta e seus elementos

1. A proposta é a declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta, os concorrentes devem indicar todos os elementos solicitados, devendo para o efeito considerar todas as condições e informações constantes do presente Programa do Procedimento, Caderno de Encargos e demais documentação anexa.

Cláusula 11.ª – Modo de apresentação de propostas

1. A participação no concurso depende do prévio registo do concorrente na plataforma eletrónica, através do preenchimento do formulário de pré-adesão fornecedores.
2. A digitalização dos documentos apresentados, nomeadamente as declarações constantes dos Anexos I e II do Programa de Concurso, deverá ser efetuada depois dos mesmos estarem devidamente assinados.
3. A proposta e os documentos que a acompanham são preferencialmente enviados em formato PDF ou similar.
4. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Contratação pública

5. O concorrente deve indicar o preço total, o qual terá de ser igual ou inferior ao preço base definido nos termos do Caderno de Encargos, sob pena de exclusão da proposta, sendo que deverá indicar o valor.
6. O preço da proposta será expresso em euros (€), por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável. Em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso.
7. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública <https://www.acingov.pt/>, pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

Cláusula 12.ª – Assinatura eletrónica

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica, incluindo os documentos que constituem a proposta, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e o poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, designadamente a certidão do registo comercial (ou código de acesso) ou procuração.

Cláusula 13.ª – Documentos que constituem a proposta

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)** (ver Anexo I ao presente Programa de Concurso).

Contratação pública

- b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar:
- i. Preço total da aquisição de serviços, não deve incluir o IVA, conforme modelo constante do Anexo III ao presente Programa;
 - ii. Preço total expresso em algarismos e por extenso e sem IVA), prevalecendo em caso de divergência o extenso;
 - iii. Preço por serviço, expresso em algarismos e sem IVA);
 - iv. Condições de pagamento, que não poderão prever pagamentos antecipados;
 - v. Indicação da forma de faturação;
- c) Certidão da Conservatória do Registo Comercial ou Certidão Comercial “online”, com a inscrição da firma e todos os registos em vigor (para sociedade comerciais), devidamente atualizada.
- d) Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

Cláusula 14.ª – Prazo de apresentação das propostas

As Propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às 23:59 h do 32.º dia, a contar da data de envio do anúncio para publicação.

Cláusula 15.ª – Abertura de Propostas

A abertura das propostas realizar-se-á pelas 11 horas do dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas.

Cláusula 16.ª – Idioma dos documentos da proposta

A Proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Contratação pública

Cláusula 17.ª – Prazo da obrigação de manutenção das propostas

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
2. O prazo referido no número anterior considera-se prorrogado por iguais períodos se nada for requerido em contrário.

Cláusula 18.ª – Não Adjudicação por Lotes

Nos termos do artigo 46º-A, nº 2 do CCP, justifica-se a não contratação por lotes uma vez que a separação das prestações causaria graves inconvenientes para a concretização da prestação global dos serviços, quer em termos técnicos quer funcionais e operacionais. Face à experiência em anteriores contratos deste tipo, a sua execução exige uma gestão centralizada e coordenada dos recursos humanos afetos à vigilância, de forma a garantir uma resposta célere, eficaz e eficiente na substituição de trabalhadores em caso de faltas, férias ou outras ausências imprevistas, assegurando a continuidade e qualidade do serviço. Nestes termos, a divisão do contrato por lotes comprometeria a articulação funcional do objeto do contrato.

Cláusula 19.ª – Propostas variantes

1. Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes.
2. Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

Cláusula 20.ª – Análise de propostas e admissão de concorrentes

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos representados pelos fatores e subfactores que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP.
2. São excluídas as propostas relativamente às quais se verifique qualquer uma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

Contratação pública

3. O júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, de acordo com o nº1 do artigo 138º.
4. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
5. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
6. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 3 e 4.

Cláusula 21.ª – Júri do concurso

1. O concurso será conduzido por um júri, a designar para o efeito, de acordo com o disposto no nº 1 do artigo 67º do CCP.
2. O júri inicia o exercício das suas funções no dia útil subsequente ao do envio do anúncio para publicação e o seu funcionamento rege-se pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 67º e seguintes do CCP.

Cláusula 22.ª – Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Contratação pública

3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica, <https://www.acingov.pt/>, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

Cláusula 23ª – Critério de adjudicação

O Caderno de Encargos define todos os aspetos da execução das prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar e apenas submete à concorrência o preço a pagar pela entidade adjudicante, sendo o critério da adjudicação o previsto na al. b) do nº 1 do artigo 74º do CCP – monofator, sendo avaliado apenas o preço mais baixo.

Cláusula 24.ª – Critério de desempate

1. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão as mesmas classificadas por meio de sorteio aleatório presencial, com a presença de todos os representantes de todos os concorrentes empatados, que serão notificados para o ato público, a realizar nas seguintes condições:
 - a) O sorteio será efetuado pelos membros do júri.
 - b) A sessão para a realização do sorteio será agendada e notificada aos concorrentes com, pelo menos, 3 dias de antecedência, com indicação da data, da hora e do local da sua realização.
 - c) Em caso de não comparência de representante legal de concorrente em situação de empate, o sorteio realizar-se-á na sua ausência após 30 (trinta) minutos da hora previamente agendada.
 - d) A cada concorrente é atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes.
 - e) Numa urna são introduzidos os respetivos números, procedendo-se seguidamente à sua extração.
 - f) A ordenação das propostas objeto do sorteio é efetuada de acordo com a ordem de extração efetuada.

Contratação pública

- g) O júri elaborará uma ata da sessão de sorteio com os respetivos resultados, que será apensa ao processo de contratação e será notificada a todos os concorrentes.

Cláusula 25ª – Negociação

Após a apresentação das propostas as mesmas não serão objeto de negociação.

Cláusula 26.ª – Documentos de habilitação

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para que este, no prazo de 10 (dias) dias úteis apresente, através da plataforma eletrónica, nos termos do artigo 81º do CCP, a partir da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, em conformidade com o **Anexo II** ao presente programa do procedimento.
2. Documentos comprovativos da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal, no Estado de que seja nacional ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55º do CCP.
3. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55º do CCP;
4. Certificado de Registo Criminal, ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, como previsto na alínea b) e h) do artigo 55º e do artigo 83º - A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "*Contratação Pública*".
5. Cópia da certidão do registo comercial ou do código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.

Contratação pública

6. Documento comprovativo de registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável.
7. Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar ainda o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.
8. No caso de se tratar de adjudicatário ou de subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.
9. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por Agrupamento, todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhe são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6º da Portaria nº 375/2017, de 14 de dezembro.
10. No caso de agrupamento complementar de empresas (ACE), têm de apresentar:
 - a) Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas do qual deve constar, designadamente, a indicação dos administradores e respetivos poderes de representação e demais elementos previstos na Lei nº 4/73, de 4 de junho e no Decreto-Lei nº 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 36/2000, de 14 de março;
 - b) Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.
11. No caso de Consórcios Externos:
 - a) Cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, designadamente, a indicação dos membros do consórcio, o chefe de consórcio, das

Contratação pública

obrigações do chefe de consórcio, dos deveres dos membros do consórcio e a responsabilidade conjunta das partes;

- b) Cópia da procuração com as funções externas do chefe de consórcio, devendo-lhe ser conferidos, nos termos do artigo 14º, nº 1 do referido Decreto-Lei nº 231/81, de 28 de julho, os poderes para este proceder à faturação de todas as prestações executadas no âmbito do contrato, receber quaisquer quantias ao abrigo do contrato, dando a respetiva quitação, bem como poderes para receber todas as notificações e comunicações respeitantes ao contrato, quando aplicável.

12. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados em Português.

Cláusula 27.ª – Modo de Prestação da Caução

1. A caução destina-se a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. Deverá ser prestada caução no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação de adjudicação, no valor de 5% do valor contratual, destinada a garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais.
3. A caução deve ser prestada pelo adjudicatário, numa das seguintes modalidades (nº 2 do art.º 90 do CCP), mediante depósito em dinheiro, garantia bancária, o ainda por seguro-caução, conforme os modelos constantes nos Anexos IV e V.
4. Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo por aplicação do disposto no n.º 1 do artigo 71.º, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é, no máximo, de 10 % do preço contratual.
5. Todas as despesas derivadas da prestação das cauções são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 28.ª – Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei nº 89/2017, de 21 de agosto

1. Juntamente com os restantes documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deve entregar cópia do documento obtido na consulta eletrónica que ele

Contratação pública

próprio fez no RCBE, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º n.º 1 do CCP.

2. O incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento (artigo 37º, nº 1, alínea b), constituindo causa de caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 87º-A CCP.

Cláusula 29.ª - Despesas e encargos para a celebração do contrato

As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade do adjudicatário.

Cláusula 30.ª - Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e restante legislação aplicável.

Beja, 06 de junho de 2025

Contratação pública

Anexo I
Modelo de declaração

DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DEUCP)

(Aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da comissão de 5 de janeiro de 2016
conforme formulário-tipo, disponível na versão pdf e xml)

O Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) deverá ser preenchido
eletronicamente em <https://espd.eop.bg/espd-web/> importando e utilizando o ficheiro junto
ao presente programa de concurso.

Contratação pública

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ...(nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Contratação pública

Anexo III

(Modelo) de Proposta

(nome, número de documentação de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de "designação ou referência ao procedimento em causa" e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, pelo preço contratual de € (por extenso). Que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

(local, data e assinatura) (3)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(3) Nos termos do disposto no artigo 57º nº 4 e 5

Contratação pública

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Para os devidos efeitos, _____ (sede, filial, agência ou delegação da entidade bancária) declara que _____ (nome do adjudicatário), com sede em _____ (morada), nos termos e para os efeitos previstos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos, depositou neste Banco a quantia de €, como caução exigida para _____ (identificação do procedimento).

Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (entidade adjudicante / Município de Beja), responsabilizando-se o _____ (identificação do Banco) por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelada por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

A presente caução permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua liberação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento.

.....(local),(data),.....assinatura¹ do (s) representante (s) legal (ais)

¹Nos termos do disposto no artigo 57.º, n.ºs. 4 e 5 do CCP.

Contratação pública

ANEXO V

GARANTIA BANCÁRIA / SEGURO-CAUÇÃO

Garantia bancária / seguro-caução *(eliminar o que não interessar)* nº _____

Em nome e a pedido de _____ *(adjudicatário)*, vem o (a) _____ *(instituição garante)*, pelo presente documento, prestar, a favor de _____ *(entidade adjudicante beneficiária)*, uma garantia bancária / seguro-caução *(eliminar o que não interessa)*, até ao montante de _____ *(por algarismos e por extenso)*, destinada (o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo (s) garantido (s) no âmbito do _____ *(identificar o procedimento)*, nos termos dos nºs. 6 e 8 ou 7 e 8 *(eliminar o que não interessar)* do artigo 90º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a ____% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros *(eliminar o que não interessar)* garante, no caso de vir a ser chamado (a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do (s) garantidos (s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data e assinatura do (s) representante (s) legal (ais)